

RECLAMAÇÃO Nº 39.265 - SP (2019/0334600-1)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECLAMANTE : **MUNICÍPIO DE SANTA ADELIA**
PROCURADOR : **LUIZ SERGIO DONATO JUNIOR - SP0121183**
RECLAMADO : **TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **ALEI ESCARPA**
ADVOGADO : **JOSÉ EDUARDO ZANQUETA - SP280304**

DECISÃO

Trata-se de Reclamação (art. 105, I, "f", da CF) contra decisão proferida pelo Colégio Recursal de Catanduva-SP, haja vista o teor do acórdão proferido no processo 1000538-93.2018.8.26.0531, contra o ora reclamante.

Segue transcrição de trechos da decisão reclamada:

Ementa: RECURSO INOMINADO. Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. Art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Prescrição não verificada. Recurso improvido.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Não existência de omissão, contradição ou obscuridade. Embargos rejeitados.

A parte reclamante aduz afronta à decisão do STJ no REsp 1.251.993/PR.

Informa que no julgamento deste recurso, julgado sob a forma de recurso repetitivo, ficou estabelecida a prescrição quinquenal contra a Fazenda Pública, possuindo a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32).

2. O tema analisado no presente caso não estava pacificado, visto que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública era defendido de maneira antagônica nos âmbitos doutrinário e

jurisprudencial. Efetivamente, as Turmas de Direito Público desta Corte Superior divergiam sobre o tema, pois existem julgados de ambos os órgãos julgadores no sentido da aplicação do prazo prescricional trienal previsto no Código Civil de 2002 nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública. Nesse sentido, os seguintes precedentes: REsp 1.238.260/PB, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 5.5.2011; REsp 1.217.933/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 25.4.2011; REsp 1.182.973/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 10.2.2011; REsp 1.066.063/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 17.11.2008; EREspsim 1.066.063/RS, 1ª Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 22/10/2009). A tese do prazo prescricional trienal também é defendida no âmbito doutrinário, dentre outros renomados doutrinadores: José dos Santos Carvalho Filho ("Manual de Direito Administrativo", 24ª Ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2011, págs. 529/530) e Leonardo José Carneiro da Cunha ("A Fazenda Pública em Juízo", 8ª ed, São Paulo: Dialética, 2010, págs. 88/90).

3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 – nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.

4. O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação. Sobre o tema: Rui Stoco ("Tratado de Responsabilidade Civil". Editora Revista dos Tribunais, 7ª Ed. – São Paulo, 2007; págs. 207/208) e Lucas Rocha Furtado ("Curso de Direito Administrativo". Editora Fórum, 2ª Ed. – Belo Horizonte, 2010; pág. 1042).

5. A previsão contida no art. 10 do Decreto 20.910/32, por si só, não autoriza a afirmação de que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública foi reduzido pelo Código Civil de 2002, a qual deve ser interpretada pelos critérios histórico e hermenêutico. Nesse sentido: Marçal Justen Filho ("Curso de Direito Administrativo". Editora Saraiva, 5ª Ed. – São Paulo, 2010; págs. 1.296/1.299).

6. Sobre o tema, os recentes julgados desta Corte Superior: AgRg no AREsp 69.696/SE, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 21.8.2012; AgRg nos EREsp 1.200.764/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 6.6.2012; AgRg no REsp 1.195.013/AP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 23.5.2012; REsp 1.236.599/RR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 21.5.2012; AgRg no AREsp 131.894/GO, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 26.4.2012; AgRg no AREsp 34.053/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Napoleão

Nunes Maia Filho, DJe de 21.5.2012; AgRg no AREsp 36.517/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 23.2.2012; EREsp 1.081.885/RR, 1ª Seção, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 1º.2.2011.

7. No caso concreto, a Corte a quo, ao julgar recurso contra sentença que reconheceu prazo trienal em ação indenizatória ajuizada por particular em face do Município, corretamente reformou a sentença para aplicar a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/32, em manifesta sintonia com o entendimento desta Corte Superior sobre o tema.

8. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1.251.993/PR, Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 19/12/2012).

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. ARTIGO 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 20.910/32. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

1. O prazo prescricional da pretensão reparatória contra o Estado, seja federal, estadual ou municipal é de cinco anos, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32. Precedentes, entre eles: EREsp 1081885/RR, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, julgado em 13/12/2010, DJe 01/02/2011.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.236.599/RR, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 21/5/2012).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO POR DESVIO DE FUNÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. DECRETO N. 20.910/1932. ART. 206, § 3º, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE.

1. Caso em que se discute se o prazo prescricional para o pagamento da indenização por desvio de função seria o trienal previsto no art. 206, § 3º, incisos IV e V, do Código Civil, ou o quinquenal estabelecido no Decreto 20.910/1932.

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de que é quinquenal o prazo prescricional para propositura da ação de qualquer natureza contra a Fazenda Pública, a teor do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, afastada a aplicação do Código Civil. Precedentes: AgRg no REsp n. 969.681/AC, Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 17/11/2008; AgRg no REsp n. 1.073.796/RJ, Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 1/7/2009; AgRg no Ag 1.230.668/RJ, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe

24/5/2010

Alega também a Súmula 85/STJ:

Sumula n.º 85 - Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

HISTÓRICO DA DEMANDA

O autor da ação ingressou contra o Município, ora reclamante, solicitando o pagamento de licença premio (referente ao período de 6/2/2007 a 5/2/2012), a qual não foi gozadasquando estava em atividade.

O Município alegou a prescrição quinquenal, ou seja, devendo ser declaradas prescritas as verbas anteriores ao quinquênio que antecede a presente ação.

Ocorre que tal pedido não foi acatado, sendo que o Município foi condenado ao pagamento de verbas anteriores ao período de 5 (cinco) anos que antecede a propositura da ação.

Observa-se que o autor da ação protocolou seu pedido em 6 de Abril de 2018. Assim, alega o município que o particular somente poderia pleitear verbas de 6 de abril de 2.013 em diante, porem foi determinado o pagamento de verbas referente ao período de 6/2/2007 a 5/2/2012.

PEDIDO LIMINAR

Requer a reclamante que seja concedida liminar a fim de ser suspenso o acórdão proferido pelo Colégio Recursal de Catanduva, nos autos do processo 1000538-93.2018.8.26.0531, até decisão final a ser proferida nesta ação, nos termos do inciso II do artigo 989 do Código de Processo Civil e do artigo 188, II, do Regimento Interno do STJ.

Preliminarmente, releva salientar que a concessão de liminar para legitimar-se, pressupõe: a) plausibilidade jurídica do direito invocado e b) *periculum in mora*.

Fundamenta, o requerente, a fumaça do bom direito, nos seguintes argumentos:

Ademais não se pode olvidar que esta decisão, proferida pelo Colégio Recursal, está a afrontar julgados desse Egrégio Tribunal, especialmente o Recurso Especial n.º 1.251.993/PR, o qual foi julgado sob a lei de Recurso Repetitivo.

Já o perigo da demora, o reclamante fixa a partir da seguinte tese:

Por isso é que deve ser suspensa imediatamente a decisão

impugnada, tendo e vista tratar-se de matéria que pode causar dano ao erário, motivo pelo qual aquela decisão não deve ter seguimento.

Da análise dos argumentos do pleiteante, nota-se que, na hipótese, não se afere, de plano, a existência dos requisitos autorizadores para o deferimento do pedido de liminar. Nesses termos, entende-se que a concessão de medida liminar constitui medida excepcional, cabível apenas nos casos em que demonstrados, de forma expressa, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, cumulativamente.

No que concerne ao risco de efetivo dano, este se traduz na urgência da prestação jurisdicional. Contudo, no presente caso, o requerente não conseguiu comprovar o dano iminente, irreparável ou de difícil reparação que estaria a sofrer se esperasse o provimento jurisdicional a seu tempo.

Já quanto à plausibilidade do direito, o caso particular contém particularidades hábeis a serem cotejadas com os fundamentos jurídicos presentes no acórdão combatido.

Ademais, observa-se que o indeferimento da medida não implicará prejuízo "irreparável" ao pugnante. Ao contrário, a concessão da liminar poderia gerar a irreversibilidade da medida, em prejuízo do interesse público.

A propósito:

PROCESSO CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO INCIDENTAL DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA DE URGÊNCIA QUE OBJETIVA A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS.

1. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do *fumus boni iuris*, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.

2. A ausência do "*periculum in mora*" basta para o indeferimento do pedido, sendo, portanto, desnecessário apreciar a questão sob a ótica do "*fumus boni iuris*", que deve se fazer presente cumulativamente.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt na TutPrv no REsp 1.342.640/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 14/11/2016).

Cumprе destacar que o pedido liminar possui nítido caráter satisfativo e confunde-se com o próprio mérito da ação mandamental, o que inviabiliza o seu deferimento, vez que o pleito deve ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *writ* (RMS 61025/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 13/9/2019).

Portanto, o presente juízo de urgência, por ora, não poderá ser deferido, reservando-se este Relator a uma apreciação mais aprofundada do caso, a partir do estabelecimento do contraditório.

Pelo exposto, **indefere-se o Pedido Liminar.**

DA RECLAMAÇÃO

Nesse diapasão, com espeque nos arts. 188, I, e 190 do Regimento Interno do STJ, determina-se:

a) a requisição de informações da autoridade reclamada, a quem está sendo imputada a prática do ato impugnado, que deverá prestá-las no prazo de dez dias;

b) em seguida, a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá quinze dias para apresentar contestação;

c) após, dê-se vista ao Ministério Público, por cinco dias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator